

Sobre as Interpretações Tradicionais da Lógica Política da Política Econômica na Primeira República

WINSTON FRITSCH

O objetivo deste ensaio é deliberadamente polêmico. Sua intenção é reavaliar criticamente as interpretações existentes a respeito das motivações econômicas e da racionalidade política do uso dos instrumentos de política macroeconômica à disposição do governo federal durante a República Velha, à luz dos resultados de um trabalho mais longo e exaustivo sobre o assunto, realizado pelo autor.

Porque a evidência empírica e a análise que sustentam as principais idéias aqui elaboradas derivam de trabalhos anteriormente publicados⁽¹⁾ e porque existem limitações de espaço à extensão deste ensaio, optou-se por remeter o leitor às passagens relevantes desses trabalhos em vez de reapresentar, em longos *détours*, descrições detalhadas dos eventos aqui discutidos.

O autor pertence ao departamento de Economia da PUC/RJ e à Faculdade de Economia e Administração da UFRJ.

(1) Vide FRITSCH (1980a), 1980(b), (1981), (1983) e (1984).

Uma breve revisão da literatura

Até uns poucos anos atrás, a maioria dos especialistas tenderia a duvidar de que a questão a ser discutida neste ensaio fosse uma questão controversa. Baseada em uma análise esquemática do sistema de dominação política construído pela plutocracia civil no fim do século passado e da posição hegemônica que nele passaram a ocupar os grandes plantadores de café de São Paulo e suas conexões comerciais e financeiras, o grosso da literatura pós 1930 explicava candidamente a condução da política econômica na Primeira República como sendo diretamente condicionada pelos interesses corporativos da cafeicultura. O exercício alegadamente irrestrito do poder político dos interesses do café na formulação da política econômica ilustrava-se, segundo esta visão tradicional, pelos "fatos" de que o Executivo sempre teria se mostrado disposto a apoiar programas de valorização do café e que a depreciação secular experimentada pelo mil-réis entre 1889 e 1930 teria resultado de decisões politicamente motivadas pelo

interesse de beneficiar o setor líder da burguesia exportadora.

Durante a última década, entretanto, a interpretação tradicional foi atacada simultaneamente por dois flancos distintos. Por um lado, os trabalhos de Pelaez⁽²⁾ e, com pequenas qualificações, a influente monografia de Villela e Suzigan⁽³⁾, avançaram a tese radical de que a condução da política econômica teria sido predominante e sistematicamente influenciada pela aplicação de princípios ortodoxos de política monetária, fiscal e cambial. Seu argumento é construído de modo a "demonstrar" a adesão de um grande número de influentes homens públicos contemporâneos a princípios ortodoxos de política financeira com base em suas declarações públicas inferindo-se daí, ousadamente, que estes princípios doutrinários realmente moldaram as políticas públicas de forma decisiva. Este ramo da literatura recente não foi, entretanto, desenvolvido explícita nem deliberadamente como uma crítica à visão recebida sobre a hegemonia absoluta dos interesses da cafeicultura paulista na formulação da política econômica, uma visão que esses autores, com efeito, não rejeitam. Todavia, o fato de que os ingredientes essenciais da ideologia ortodoxa fossem, *inter alia*, profunda aversão à políticas monetárias expansionistas e preferência por taxas de câmbio sobrevalorizadas — e, portanto, diametralmente opostos aos interesses imediatos do setor cafeeiro — dão a essas contribuições recentes, embora implicitamente, um forte sabor revisionista.

Por outro lado, em trabalhos recentes sobre a história política do período como, notadamente, nos de Fausto⁽⁴⁾, tentou-se qualificar a percepção ingênua do caráter e da força efetiva da hegemonia paulista

implícita na interpretação tradicional, bem como sua visão simplista sobre a natureza do conflito político durante a Primeira República, uma visão frequentemente baseada na análise superficial das contradições entre os interesses econômico-corporativos do café e os de outros grupos politicamente representados. Entretanto, as afirmativas feitas por essa segunda vertente revisionista acerca do *rationale* das políticas econômicas seguidas antes de 1930 diferem pouco daquelas encontradas na literatura tradicional. Como diz Fausto, "o fato essencial é que o núcleo agrário-exportador, apesar dos atritos, alcançou seus objetivos básicos. . . Uma rápida menção aos planos valorizadores serve para mostrar como eles sempre triunfaram, em circunstâncias adversas, graças principalmente à sólida base regional de São Paulo", e que o Governo Federal visava "a manutenção do câmbio em níveis baixos, para proporcionar maior renda em moeda nacional ao café"⁽⁵⁾.

O atual estado da literatura sobre o assunto é, portanto, curioso. Os trabalhos dos historiadores *econômicos* revisionistas rejeitam implicitamente a noção, enraizada na literatura tradicional, de que a política macroeconômica sempre esteve atrelada aos interesses do grupo hegemônico. Todavia, por assentarem seus argumentos essencialmente em uma visão idealista do processo histórico, como descrito acima, esses trabalhos não fornecem uma explicação convincente das motivações econômicas para as políticas ortodoxas efetivamente adotadas em várias ocasiões, em um Estado em que os exportadores e, em particular, o complexo cafeeiro detinha grande parcela de poder político. Ao mesmo tempo, o trabalho revisionista de historiadores *políticos* chama a atenção para a forma extremamente simplificada com que a historiografia tradicional representa tanto a natureza quanto a força efetiva da posição ocupada pela oligarquia paulista no quadro político nacional, mas não

(2) Ver, especialmente, PELAEZ (1971).

(3) VILLELA & SUZIGAN (1973).

(4) Ver, especialmente, FAUSTO, (s.d.) e FAUSTO (1970).

(5) FAUSTO, (s.d.), p. 10-11.

abandona a visão tradicional em suas referências à racionalidade política da formulação da política econômica.

Mitos e Fatos sobre a Política Econômica na Primeira República

Uma análise mais cuidadosa da execução das políticas monetária, fiscal, cambial e de defesa dos preços internacionais do café antes de 1930 permite demonstrar que tanto a visão tradicional quanto sua antítese idealista são interpretações incorretas e empobrecedoras das motivações da política econômica no período e que, sob vários aspectos, isto decorre de uma leitura equivocada da evidência disponível.

Começemos pelo revisionismo idealista. Ainda que os escritos de Pelaez e outros tenham tido o mérito de sublinhar a incrível capacidade de sobrevivência do catecismo ortodoxo em círculos influentes do espectro político brasileiro — um fato não controverso e que, de certo, não constituiu apanágio do Brasil nas primeiras décadas do século — a evidência disponível não sustenta sua alegação básica acerca dos viés ortodoxo das políticas efetivamente implementadas. Após o período 1898-1906, quando Joaquim Murinho e Leopoldo de Bulhões ocuparam a pasta da Fazenda — um período que marca o fastígio da influência da reação conservadora consolidada na esteira da explosão monetária, colapso cambial, crônico déficit público e estagnação dos primeiros anos da república⁽⁶⁾ — a ortodoxia esteve quase sempre na defensiva, somente readquirindo influência a ponto de efetivamente influenciar a formulação da política econômica em meados dos anos vinte, após fortes desequilíbrios cambiais, monetários e fiscais voltarem a ocorrer⁽⁷⁾. A reação contra políticas monetárias excessivamente contracionistas e sobrevalorização da

taxa de câmbio, que informou a adoção do padrão-ouro em 1906 e 1926⁽⁸⁾ bem como as políticas monetária, fiscal e do café seguidas durante, por exemplo, o governo Epitácio Pessoa e os dois primeiros anos do governo Arthur Bernardes, dificilmente podem ser representadas como tendo sido motivadas por idéias ortodoxas no sentido usado por Pelaez — em que pese as freqüentes declarações públicas dos responsáveis por essas políticas em favor dos princípios da *sound finance* — e foram, com efeito, implementadas contra a oposição aberta dos setores mais representativos da opinião conservadora⁽⁹⁾.

A crítica à visão tradicional requer uma argumentação mais cuidadosa. É claro que não existe a intenção de negar-se o fato de que os representantes políticos dos setores agrícola, comercial e bancário paulista ligados ao café detinham uma posição hegemônica no Estado brasileiro. No limiar da República as elites políticas paulistas — representantes do ainda emergente mas já poderoso setor cafeeiro baseado no trabalho livre e desembaraçadas de qualquer compromisso com o antigo regime — conquistaram e consolidaram uma incontestável posição de liderança utilizando com destreza esse duplo papel que lhes assegurava o suporte dos setores relevantes da burguesia e o desenvolvimento de um *rapport* natural entre seus líderes e os militares fortemente anti-monarquistas que controlavam os governos provisórios⁽¹⁰⁾. A preservação dessa posição foi garantida pela enorme importância da produção cafeeira paulista para o desempenho da economia, pelos mecanismos centralizadores de poder do sistema de controle político implantado durante o gover-

(6) Sobre isto ver FRITSCH (1980a), p. 259-68.

(7) Ver FRITSCH (1980b), p. 713-25.

(8) Ver FRITSCH (1980a), p. 269 e seguintes e FRITSCH (1983), p. 183-94.

(9) Cf., por exemplo, FRITSCH (1980b), p. 760-64.

(10) Para a elaboração deste ponto vide FRITSCH (1983), p. 2-4 e CARDOSO (1975), p. 37 e seguintes.

no Campos Salles, e pela habilidade demonstrada pela oligarquia agrário-financeira paulista em incorporar os interesses da crescente burguesia industrial do estado a seus próprios canais de representação política.

Não se deve perder de vista, entretanto, que o poder de São Paulo não era absoluto e que nem sempre os políticos paulistas detiveram o controle da máquina política federal extremamente eficaz que seus líderes históricos construíram na virada do século. Vários exemplos, como os da eleição presidencial de 1910, quando São Paulo apoiou o candidato dissidente — que incluía o suporte federal à defesa do café em sua plataforma eleitoral — e perdeu, podem ser arrolados para ilustrar este ponto, mas isto nos levaria para muito além da presente discussão. Para desenvolver os argumentos críticos à visão tradicional, apresentados a seguir, somente é necessário que se postule a noção intuitiva de que se a posição hegemônica possuída por qualquer classe não pode fundar-se senão na importância que ela possui em alguma instância da atividade econômica, não se pode ignorar que a hegemonia política não pode ser exercida unilateralmente de forma incondicional. O fato da hegemonia, como notado por Gramsci, “pressupõe indubitavelmente que se deve levar em conta os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia será exercida; isto é, que o grupo dirigente faça sacrifícios de ordem econômico-corporativa” (11).

Não obstante, a literatura tradicional sobre política econômica no Brasil republicano pré-1930, que deriva todo o seu atrativo de plausibilidade *a priori* do fato não controverso da hegemonia paulista, demonstrou uma notável falta de interesse em atentar para essa verdade mezinha. Com efeito, a afirmação tradicional de que a política econômica do governo federal teria consistentemente favorecido os

interesses corporativos da cafeicultura, elaborada como um simples corolário da hegemonia política deste grupo, é basicamente incorreta. Isto será demonstrado a seguir questionando-se a própria validade empírica dos dois fatos estilizados que formam o suporte de evidência factual da visão tradicional, v.g., que o governo federal sempre se curvou a pressões da cafeicultura no sentido de apoiar programas de valorização e sistematicamente favoreceu a depreciação cambial.

Considere, primeiramente, a noção de que o governo federal sempre esteve pronto a apoiar a sustentação dos preços do café e que isto teria sido motivado pela intenção de proteger os interesses setoriais da cafeicultura. Deve ser lembrado antes de mais nada que o governo federal efetivamente negou apoio à valorização em situações críticas como em 1906 e 1929; não promoveu a constituição efetiva de uma instituição federal permanentemente dedicada à valorização do café, como demandado por São Paulo na primeira metade dos anos vinte, tendo finalmente retornado sua responsabilidade informal pela defesa de preços ao governo paulista em fins de 1924, e somente interveio esporadicamente em 1908, 1917, 1921 e, através do Banco do Brasil, em 1923-24.

As razões para esta atitude cambiante do governo federal em relação ao envolvimento com a defesa do café são variadas mas admitem uma generalização (12). Por um lado, nas várias ocasiões em que o governo não interveio, assim agiu porque as pressões para a intervenção federal foram efetivamente contrarrestadas pela influência de outros grupos politicamente fortes que a ela se opunham. A opinião dos banqueiros londrinos do governo federal sobre os riscos financeiros da valorização foi decisiva para bloquear o apoio

(11) GRAMSCI (1980), p. 33.

(12) Para uma descrição detalhada da postura do governo federal em relação à intervenção no mercado de café ao longo de toda a Primeira República, ver FRITSCH (1983), *passim*.

do governo em 1906. A ferrenha oposição ao plano de valorização permanente apresentado por Epitácio Pessoa em 1921, liderada pela bancada mineira na Câmara e que refletia a opinião de grupos conservadores em matéria financeira sobre os efeitos deletérios do financiamento das compras através da emissão de moeda, foi instrumental para seu arquivamento.

A oposição conjunta dos banqueiros estrangeiros e desses mesmos grupos ortodoxos contra o envolvimento federal em esquemas de valorização, somada à forte oposição do governo norte-americano a esquemas de controle de oferta de produtos primários em meados dos anos vinte, precipitou a decisão de liquidar a defesa federal em 1924.

Finalmente, restrições impostas pela acirrada campanha presidencial, a impossibilidade política de assumir uma atitude de confrontação em face dos banqueiros internacionais do governo — cuja confiança era tida como essencial para a manutenção da estabilidade cambial — e a *idée fixe* de Washington Luis a respeito das vantagens da preservação do padrão-ouro, influenciaram a surpreendente recusa do último governo do regime em conceder suporte financeiro ao Instituto do Café de São Paulo em 1929.

Por outro lado, as ocasiões em que o governo federal efetivamente concedeu apoio direto à cafeicultura foram circunstâncias em que havia sinais evidentes de que adviria severo desequilíbrio externo caso os preços do café fossem deixados ao sabor das forças de mercado. Por isso, mesmo as eventuais operações federais de valorização do café não podem ser apresentadas como evidência de que o apoio concedido pelo governo tenha sido motivado pela intenção de dar tratamento preferencial a este setor. Não se deve perder de vista que em uma economia primário-exportadora especializada como a brasileira, onde a instabilidade macroeconômica normalmente deriva de choques externos, a estabilização dos preços do pro-

duto básico de exportação é, em geral, a política anticíclica mais eficiente a curto prazo⁽¹³⁾. Isto era particularmente verdadeiro no caso do Brasil, uma vez que a posição quase monopolista no mercado mundial do produto simplificava grandemente a implementação da defesa. As intervenções do governo federal exerceram, de fato, uma influência estabilizadora benéfica, evitando desequilíbrios externos substanciais que certamente teriam tido graves conseqüências para o desempenho da economia. Portanto, mesmo os casos em que o governo federal interveio diretamente nos mercados de café não podem ser usados, *prima facie*, como evidência da intenção de proteger os interesses setoriais da cafeicultura uma vez que, nessas ocasiões, estes interesses confundem-se com o interesse nacional.

A crítica ao suposto viés da política cambial em favor do setor exportador requer uma digressão mais longa. Deve ser lembrado que durante a Primeira República o Brasil experimentou dois tipos de regime cambial: taxas de câmbio flutuantes com emissão de moeda fiduciária gerenciada seja pelo Tesouro, seja pelo Banco do Brasil, e taxas de câmbio fixas em regime de padrão-ouro. Sob este último — adotado entre 1906 e 1914 e, novamente, entre 1927 e 1930 — a política adotada na presença de desequilíbrios externos resumiu-se, em ambas as ocasiões, a tentar manter a paridade sobrevalorizada enquanto o governo tentava sem sucesso obter assistência financeira externa para restaurar o equilíbrio do balanço de pagamentos. Nesses casos, portanto, é evidente que a visão tradicional não tem o respaldo dos fatos. Mais do que isso, nesses períodos em que o governo aferrou-se à defesa de paridade ouro, como em 1913-14 e 1929-30, a enorme contração monetária causada pela rápida perda de reservas teve efeitos desastrosos sobre o setor produtivo, incluindo-se aí, proeminentemente, a cafeicultura.

(13) Cf., por exemplo, PREBISCH (1950), p. 57.

Por sua vez, dos anos em que o Brasil permaneceu sob taxas flutuantes, são os períodos de 1889 a 1906 e de 1919 a 1926 os que apresentam maior interesse do ponto de vista da presente discussão, uma vez que durante a Primeira Guerra Mundial a taxa de câmbio foi mantida aproximadamente estável, por razões fiscais e de política antiinflacionária, ao nível atingido após a rápida queda ocorrida no início do conflito, em seguida ao abandono do padrão-ouro⁽¹⁴⁾. É interessante observar que esses dois longos períodos revelam uma surpreendente similaridade quanto à evolução temporal da posição externa da economia e à seqüência de políticas macroeconômicas adotadas. Os anos iniciais de ambos os períodos são marcados por rápida reversão de condições externas inicialmente favoráveis, daí resultando grande depreciação cambial. Esses colapsos cambiais — cujo controle estava muito além da capacidade do governo — desencadearam desequilíbrios orçamentários e monetários cumulativos que acabaram por reforçar as pressões inflacionárias básicas provocadas pela depreciação cambial⁽¹⁵⁾. Além disso, na medida em que o equilíbrio externo foi restabelecido em bases frágeis através da operação de mecanismos automáticos induzidos por alterações de rendas e preços, e o governo continuou enfrentando dificuldades de captação de empréstimos externos, esses súbitos desequilíbrios externos foram também seguidos por períodos em que as reservas internacionais mantiveram-se em

níveis extremamente baixos. A ansiedade acarretada pela perda de controle efetivo sobre a política cambial, somada ao efeito desmoralizador do descontrole das contas do governo e de crescentes pressões inflacionárias, acabariam finalmente por tornar o rompimento do círculo vicioso de instabilidade cambial e de preços, desequilíbrio fiscal e expansão monetária o objetivo prioritário da política econômica.

Assim, os grandes colapsos cambiais de 1890-92 e 1920-22 foram, após um período de grande instabilidade econômica interna e crônico desequilíbrio externo, seguidos por negociações com banqueiros internacionais visando à obtenção da liquidez externa necessária ao restabelecimento do equilíbrio cambial, como pré-condição para a adoção simultânea de programas ortodoxos de estabilização. Dessas situações de penúria cambial e grande dependência em relação aos banqueiros internacionais resultaram, com algumas diferenças de detalhe, as políticas monetária e fiscal extremamente restritivas seguidas pelos governos Campos Salles e Arthur Bernardes. Esses interlúdios deflacionários — que, ao contrário dos colapsos cambiais que em última instância os motivaram, resultaram de opções deliberadas de política econômica — tinham, ainda, o objetivo explícito de promover substancial *apreciação* cambial e, portanto, dificilmente podem ser explicados a partir da visão tradicional.

Estas duas ocasiões em que o governo federal deliberadamente implementou um *mix* monetário-fiscal restritivo foram, entretanto, seguidas por franca recuperação do valor das exportações e fases de grande crescimento do investimento mundial, recuperando-se rapidamente a capacidade de endividamento brasileira. O súbito aumento da receita cambial, ocorrendo em circunstâncias em que o nível de importações encontrava-se deprimido, provocou as rápidas apreciações cambiais de 1905 e 1925-26, alterando-se, drasticamente, o quadro que havia motivado a adoção das

(14) Sobre isto ver FRITSCH (1984).

(15) A transmissão do desequilíbrio externo, via depreciação cambial, ao orçamento federal decorria basicamente da dependência exagerada da receita em relação à tarifa aduaneira e do peso elevado dos compromissos em moeda estrangeira no total da despesa. Dada a estreiteza dos mercados domésticos de capital, a impossibilidade de financiamento externo obrigava a monetização da parcela substancial do déficit público criado pelo colapso cambial, realimentando o desequilíbrio externo e interno.

políticas restritivas. A resposta do governo foi, em ambas as ocasiões, a adoção do padrão-ouro, medida que por visar prevenir que os emergentes superávits externos provocassem a apreciação continuada do mil-réis tem sido também apontada como resultante de pressões da cafeicultura.

Deve ser notado, entretanto, que pelo menos dois motivos tornaram a adoção do padrão-ouro a bandeira de *todas* as classes produtoras nacionais. O primeiro era o de que, estando o governo empenhado em controlar a expansão monetária e sendo estreito o mercado doméstico de títulos públicos, os grandes superávits do balanço de pagamentos resultariam em pressões incontroláveis sobre a taxa de câmbio o que — após os custos e rendas haverem se ajustado às taxas depreciadas vigentes — ameaçava todos os produtores de bens comercializáveis. Em segundo lugar, mantidas as condições favoráveis do balanço de pagamentos, a operação das regras do jogo do padrão ouro garantiria o crescimento da base monetária — e, portanto, o abandono da política de dinheiro caro então seguida — o que não poderia deixar de contar com o aplauso de todo o setor privado doméstico.

Deve ser notado ainda que a adoção do padrão-ouro era vista também com satisfação pelos banqueiros internacionais e exercia, por isso, um importante efeito positivo sobre a capacidade de endividamento externo das economias periféricas. Com isto permitia que autoridades públicas estaduais e mesmo municipais tirassem proveito das condições conjunturalmente favoráveis nos mercados internacionais de capital para financiar seus programas de obras, é plausível supor que as oligarquias regionais tivessem, em geral, interesse na adoção do padrão-ouro.

Os argumentos acima mostram, portanto, que a idéia de que a tendência à depreciação do mil-réis ao longo da Primeira República foi conseqüência intencional de decisões de política, também

precisa ser qualificada. A queda secular do mil-réis é totalmente explicada pelos colapsos cambiais do início da última década do século XIX e do início dos anos vinte, que resultaram de severos choques externos cujos efeitos sobre o valor externo do mil-réis o governo federal *não conseguiu* evitar. Por outro lado, a afirmativa de que a adoção ocasional do padrão-ouro foi motivada pela intenção de proteger os interesses setoriais da cafeicultura parece ser uma simplificação grosseira.

Conclusões

A evidência disponível a respeito da política econômica federal na Primeira República não sustenta a visão tradicional, segundo a qual sua execução teria visado beneficiar os interesses da cafeicultura, nem sua antítese implícita, que tenta demonstrar a existência de um sistemático viés ortodoxo nas políticas efetivamente implementadas. Deve ser frisado que a crítica à visão tradicional e a interpretação alternativa apresentadas neste ensaio não são incompatíveis com a visão da oligarquia paulista como fração hegemônica no Estado brasileiro. Parte das críticas aqui apresentadas à visão tradicional limitou-se a mostrar que medidas de política alegadamente adotadas em defesa do café beneficiaram um conjunto muito mais amplo de interesses e, portanto, não tem ligação com esta questão.

A aparente incompatibilidade aflora quando se discutem os interlúdios de adoção de políticas ortodoxas. Mas, segundo a interpretação aqui apresentada, essas políticas foram adotadas no bojo de profundas crises econômicas que se constituíam em efetiva ameaça à coesão política do Estado, como no final dos noventa, em 1913-14, em meados dos vinte e em 1929-30. No decorrer dessas crises o debate político tendia a gravitar seja na direção de um consenso sobre a necessidade de restabelecer-se a estabilidade econômico-financeira como pré-condição de re-estabilização política, como no fim dos no-

venta e em meados dos vinte, seja no sentido de preservar os sinais aparentes de estabilidade, como em 1913-14 e 1929-30. Estas eram ocasiões em que o poder dos credores externos e/ou a influência dos grupos ortodoxos domésticos mais se fazia sentir na formulação das políticas de "salvação nacional", em relação às quais as oligarquias políticas de São Paulo, pela própria posição que ocupavam no aparelho de Estado, não podiam adotar uma postura corporativa.

Uma importante interrogação que permanece a desafiar interpretações diz res-

peito às bases materiais do "pensamento ortodoxo", da opinião conservadora em matéria financeira, que embora longe de ter a efetividade a ele atribuída pelo revisionismo idealista, permaneceu influência importante sobre o debate e, por vezes, informou a própria execução da política econômica. Decifrar esta interrogação é um desafio que exige, entretanto, um conhecimento da racionalidade das demandas econômicas das classes relevantes e de seu comando sobre os recursos do Estado bem maior do que o disponível no atual estado da arte da historiografia política do período.

Referências Bibliográficas

CARDOSO, F. H. Dos Governos Militares a Prudente-Campos Salles. In: FAUSTO, B. (ed.). *Historia Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo, Difel, 1975. Tomo 3, vol. 1.

FAUSTO, B. *A Revolução de 1930: historiografia e história*, São Paulo, Brasiliense, 1970.

_____. Pequenos Ensaio de História da República (1889-1945). *Cadernos CEBRAP n.º 10*. 2. ed. São Paulo, Brasiliense, s.d.

FRITSCH, W. Aspectos da política econômica no Brasil: 1906-1914. In: NEUHAUS, P. (ed.). *Economia Brasileira: uma visão histórica*. Rio de Janeiro, Campus, 1980 a.

_____. 1924, *Pesquisa e Planejamento Econômico*, 10, dezembro, 1980 b.

_____. Brazilian Economic Policy During the World Post War Boom and Slump: 1919-1922. *Texto para Discussão n.º 20*, Departamento de Economia, PUC/RJ, Rio de Janeiro, 1981.

_____. Aspects of Brazilian Economic Policy under the First Republic (1889-1930), Tese de Doutorado, Universidade de Cambridge, 1983.

_____. Brazil and the Great War, 1914-1918, *Texto para Discussão n.º 62*, Departamento de Economia, PUC/RJ, Rio de Janeiro, 1984.

GRAMSCI, A. *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980.

PELAEZ, C. M. As conseqüências econômicas da ortodoxia monetária, cambial e fiscal no Brasil entre 1889-1945. *Revista Brasileira de Economia*, 21, julho-setembro, 1971.

PREBISCH, R. *The Economic Development of Latin America and its Principal Problems*, Lake Success, United Nations, 1950.

VILLELA, A. V. & SUZIGAN, W. *Política do Governo e Crescimento da Economia Brasileira*. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1973.